

INSTITUTO FEDERAL GOIANO – IF GOIANO
CAMPUS AVANÇADO IPAMERI
SEGUNDA LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

MARIA JANETE VIEIRA

**O PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA, PNAIC,
E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O LETRAMENTO INFANTIL**

IPAMERI - GO
JUNHO/2020

INSTITUTO FEDERAL GOIANO – IF GOIANO
CAMPUS AVANÇADO IPAMERI
SEGUNDA LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

MARIA JANETE VIEIRA

**O PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA, PNAIC,
E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O LETRAMENTO INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Federal Goiano – Campus Avançado Ipameri, como requisito parcial para a obtenção do título de Pedagoga, orientado pela Prof.^a Dra. Maria Luiza Batista Bretas.

IPAMERI - GO
JUNHO/2020



INSTITUTO FEDERAL
Goiano

Repositório Institucional do IF Goiano - RIIF Goiano
Sistema Integrado de Bibliotecas

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR PRODUÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DO IF GOIANO

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610/98, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, a disponibilizar gratuitamente o documento no Repositório Institucional do IF Goiano (RIIF Goiano), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, em formato digital para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IF Goiano.

Identificação da Produção Técnico-Científica

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Tese | <input type="checkbox"/> Artigo Científico |
| <input type="checkbox"/> Dissertação | <input type="checkbox"/> Capítulo de Livro |
| <input type="checkbox"/> Monografia – Especialização | <input type="checkbox"/> Livro |
| <input checked="" type="checkbox"/> TCC - Graduação | <input type="checkbox"/> Trabalho Apresentado em Evento |
| <input type="checkbox"/> Produto Técnico e Educacional - Tipo: _____ | |

Nome Completo do Autor: Maria Janete Vieira
Matrícula: 2017212222330192

Título do Trabalho: **O PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA, PNAIC, E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O LETRAMENTO INFANTIL.**

Restrições de Acesso ao Documento

Documento confidencial: Não Sim, justifique: _____

Informe a data que poderá ser disponibilizado no RIIF Goiano: / /
O documento está sujeito a registro de patente? Sim Não
O documento pode vir a ser publicado como livro? Sim Não

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O/A referido/a autor/a declara que:

- o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- obteve autorização de quaisquer materiais inclusos no documento do qual não detém os direitos de autor/a, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.

Ipameri _____ 22.10.6.2020
Local Data

Maria Janete Vieira
Assinatura do Autor e/ou Detentor dos Direitos Autorais

Ciente e de acordo:

Meretas
Assinatura do(a) orientador(a)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

Ata nº 18/2020 - CENS-IPA/DC-IPA/CMPAIPA/IFGOIANO

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

ATA DE DEFESA

BANCA EXAMINADORA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos vinte e dois dias do mês de junho de dois mil e vinte, às 14h30min, (quatorze horas e trinta minutos), reuniram-se os componentes da banca examinadora em sessão pública realizada por videoconferência, para procederem a avaliação da defesa de Trabalho de Conclusão de Curso, TCC, em nível de Graduação, de autoria de **Maria Janete Vieira**, discente do Programa de Graduação em Segunda Licenciatura em Pedagogia, com o seguinte título: **O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, PNAIC, e suas contribuições para o letramento infantil**, do Instituto Federal Goiano - Campus Avançado Ipameri. A sessão foi aberta pela presidente da Banca Examinadora, Profa. Dra. Maria Luiza Batista Bretas, que fez a apresentação formal dos membros da Banca. A palavra, a seguir, foi concedida à autora para, em 30 min., proceder à apresentação de seu trabalho. Terminada a apresentação, cada membro da banca arguiu a examinada, tendo-se adotado o sistema de diálogo sequencial. Terminada a fase de arguição, procedeu-se à avaliação da defesa. Tendo-se em vista as normas que regulamentam o Programa de Graduação em Segunda Licenciatura em Pedagogia, e procedidas às correções recomendadas, o TCC foi **APROVADO, com média 9,2**, considerando-se integralmente cumprido este requisito para fins de obtenção do título de **Pedagoga à Maria Janete Vieira**, na área de concentração em **Educação**, pelo Instituto Federal Goiano - Campus Avançado Ipameri. A conclusão do curso dar-se-á quando da entrega na secretaria do Curso de Segunda Licenciatura em Pedagogia, da versão definitiva do TCC e do depósito do trabalho no Repositório Institucional do IF Goiano, RIIF, com as devidas correções. Assim sendo, a defesa perderá a validade se não cumprida essa condição, em até **30 (trinta) dias** da sua ocorrência. A Banca Examinadora recomendou a publicação dos artigos científicos oriundos desse TCC em periódicos após procedida as modificações sugeridas. Cumpridas as formalidades da pauta, a presidência da mesa encerrou esta sessão de defesa de TCC e, para constar, foi lavrada a presente Ata, que, após lida e achada conforme, será assinada eletrônica e manualmente pelos membros da Banca Examinadora.

Membros da Banca Examinadora

Nome	Instituição	Situação no Programa
Maria Luiza Batista Bretas	IF Goiano - Campus Avançado Ipameri	Presidente
Hilma Aparecida Brandão	IF Goiano - Campus Avançado Ipameri	Membro interno

DEDICATÓRIA

À minha Ester que nasceu de mim e me fez renascer nela.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os meus familiares que me apoiam em todos os momentos, a todos os meus professores que me brindaram com seus conhecimentos e fizeram parte desta caminhada. Em especial, à Prof^a. Dr^a Maria Luiza Bretas, que carinhosamente me incentivou como professora e ainda aceitou a árdua missão de me orientar. Muito obrigada!

“O verdadeiro analfabeto é aquele que aprendeu a ler e não lê”.
Mário Quintana

Resumo

O objetivo deste artigo é discutir o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, PNAIC, e sua contribuição para o letramento na Educação Infantil. Criado para alavancar os níveis de alfabetização nos três primeiros anos do ensino fundamental, esse pacto promoveu um movimento nacional dentro das escolas da rede pública de ensino que atendem esse nível de escolaridade. Pautado nos objetivos de mobilizar esforços e recursos na valorização dos professores, no apoio pedagógico com materiais didáticos e na implementação de sistemas adequados de avaliação, gestão e monitoramento, o PNAIC teve um período de cinco anos de realização, entre sua criação, implementação e término. A metodologia utilizada para trilhar esse estudo é de abordagem qualitativa, exploratória, de cunho bibliográfico descritivo e conta com a colaboração de autores como Soares (1997, 2004, 2006), Kleiman (1995, 2008), entre outros autores que discutem a temática. O material analisado, oferecido pelo PNAIC, nos leva a entender que as práticas de leitura e de escrita, se foram efetivadas adequadamente dentro da sala de aula, ao longo dos anos de permanência das crianças na Educação Infantil, podem ter promovido o letramento das crianças que se encontravam na Educação Infantil, tendo como eixos o embasamento teórico em que foi construído e as práticas efetivas orientadas pelos cadernos.

Palavras-chave: PNAIC; Alfabetização; Letramento; Educação Infantil.

Abstract

The aim of this article is to discuss the National Pact for Literacy in the Right Age (PNAIC), and its contribution for the literacy in the early childhood education. Created to promote the levels of alphabetization in the first three years of the elementary school, this pact started a national movement in the public schools that offer this level of schooling. Guided by the objectives of mobilize efforts and resources for the teachers' valorization, in the pedagogical support with the learning materials and in the implementation of the appropriate systems of evaluation, management and monitoring, the PNAIC had a period of five years of realization, between its creation, implementation and conclusion. The methodology used to tread this study is the qualitative approach, exploratory, of bibliographic and descriptive regard, and count on the collaboration of writers as Soares (1997, 2004, 2006), Kleiman (1995, 2008), among other authors who discuss this topic. The material analysed, offered by the PNAIC, leads us to understand and certify that the reading and the writing practices, realized in the classroom, over the years of staying the children in the childhood education, promoted, without any doubts, the literacy of the children that were in the childhood education.

Key-words: PNAIC; Alphabetization; Literacy; Childhood Education.

INTRODUÇÃO

Nessas últimas duas décadas, observa-se que a educação brasileira vem experimentando uma efervescente movimentação no que se refere às concepções, estudos e práticas de letramento. Eventos, debates, publicações, testes, avaliações, tendo como pano de fundo essa temática, fizeram com que várias mudanças no sistema educacional brasileiro fossem implementadas. Muitas vezes, tais mudanças trazem em seu bojo um processo de desestabilização nas práticas dos professores, sobretudo dos alfabetizadores e dos docentes envolvidos com o processo de ensino e aprendizagem da língua materna. Para Soares (1997), um dos motivos que gera as incertezas e fragilidades do professor alfabetizador e o de língua portuguesa é o desconhecimento que os professores têm sobre as teorias de linguagem que vêm sedimentando os recentes documentos oficiais que regem o ensino brasileiro. Essas transformações paradigmáticas ainda se somam a um ambiente de desprestígio social dos docentes, de acordo com a alfabetizadora.

Decodificar letras o suficiente para assinar o próprio nome, diferenciar placas de avisos, não são mais o bastante para os tempos atuais. Segundo Soares (2017), o sentido do texto é uma relação entre autor e leitor, portanto, é necessário que além de decifrar letras, palavras e frases, se interprete o texto, entenda o que ele quer dizer, é necessário dar sentido ao que foi lido. Nesse contexto, ser alfabetizado apenas não é mais o suficiente, é preciso ser letrado, ou seja, de acordo com a autora, é preciso fazer uso social da competência de saber ler e escrever.

De acordo com Soares (2006), a palavra letramento, e o significado que este termo traz, é recente e aponta que muitos países apresentam em sua literatura a preocupação com o letramento. O termo surgiu a partir do momento em que o conceito de alfabetização não é mais suficiente para as exigências atuais. De acordo com os estudiosos, o conceito de alfabetizado se designa àquele que consegue dominar os códigos do ler e do escrever, o que se tornou insuficiente na contemporaneidade. Soares (2006) afirma que, além de aprender a ler e a escrever, a criança deve ser levada ao domínio das práticas sociais de leitura e de escrita. Partindo desse pressuposto, uma criança ainda na educação infantil pode ser letrada, uma vez que a mesma está inserida no mundo das letras, ou seja, os códigos da escrita estão presentes na vida dos pequenos desde seus primeiros contatos com o mundo.

Soma-se a essas novas exigências, a necessidade de garantir que todas as crianças fossem alfabetizadas até o final do terceiro ano do ensino fundamental. Assim, com tais

exigências, criou-se, em 2012, o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC, em regime de colaboração entre a União, estados, municípios e instituições de ensino superior de todo o país. O Pacto previa, por meio da formação continuada de professores alfabetizadores, do apoio com materiais didáticos e da implementação de sistemas de avaliação, gestão e monitoramento, que todas as crianças fossem alfabetizadas dentro das séries que fazem parte do ciclo de alfabetização, ou seja, nos três primeiros anos do ensino fundamental. O pacto nasce, portanto, com o objetivo de garantir que toda criança, até os oito anos, esteja apta a ler, escrever e entender os diferentes códigos, ou textos, do mundo letrado e de fato fazer uso dessas competências. Códigos escritos que estão presentes no refrigerante, nos alimentos industrializados, nos outdoors, nos produtos de higiene e assim por diante.

O PNAIC se estabelece, portanto, como um compromisso formal e solidário assumido pelos governantes de todos os entes federados com o objetivo de atender a Meta 5 do Plano Nacional da Educação (PNE), que estabelece a obrigatoriedade de “Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental”. Sendo assim, o presente trabalho tem o objetivo de responder ao seguinte questionamento: Como o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, PNAIC, pode contribuir, se colocado em prática, para o letramento da criança na Educação Infantil?

Vale ressaltar que os problemas relacionados à alfabetização no Brasil não se encontram limitados apenas à relação professor-conhecimento-aluno, mas eles extrapolam, e muito, as ações da sala de aula. Os altos índices de pessoas analfabetas e de analfabetos funcionais estão relacionados aos problemas inerentes a toda educação básica. As fragilidades dos processos de aprendizagem e domínio da leitura e da escrita envolvem questões de infraestrutura das escolas, de quantidade de alunos por turma, das defasagens de conhecimentos que vão se somando ano a ano, da formação continuada dos professores, da falta de material pedagógico adequado, entre tantas outras faltas que se apresentam na educação brasileira.

Importa também salientar sobre o quadro da alfabetização no país, quando da criação do PNAIC. De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, (BRASIL, 2012), com base nos dados do Censo de 2010, o Brasil possuía uma taxa de 15,2% de crianças não alfabetizadas aos oito anos de idade. Esse dado revela uma fragilidade significativa, quando se leva em conta que essas crianças já se encontravam nas escolas por três anos, tempo suficiente para que apresentassem

habilidades de leitura e escrita e que pudessem avançar sem apresentar defasagens cognitivas para as séries seguintes.

Além desse fator, outro dado significativo também diz respeito às distorções idade-série no país, que mostram que as dificuldades com a alfabetização se estendem para além das séries iniciais e vão se agravando à medida que os alunos vão avançando na sua escolaridade. O Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) monitorou esses alunos de escolas públicas e privadas de todo o Brasil entre os anos de 2006 e 2015¹ e constatou que os índices só vão aumentando de um nível a outro, o que só evidencia as falhas que se apresentam no sistema educacional brasileiro em sua totalidade, começando na base, na alfabetização.

É importante destacarmos que no ano de 2012, o Brasil registrava um índice considerado elevado de analfabetismo entre jovens e adultos, uma taxa de 8,7%, de acordo com dados referentes a esse período, encontrados no portal do Ministério da Educação (MEC), percentual considerado ainda alto, mesmo apresentando quedas, de acordo com o portal. É em tal cenário educacional que surge o PNAIC, em 2012, com o objetivo de garantir a plena alfabetização das crianças até o fim do terceiro ano do ensino fundamental, dentro da perspectiva do letramento.

O PNAIC é instituído pela Portaria 867, de 04 de julho de 2012, tendo sido definido como um compromisso formal e solidário assumido pelos entes federados, Governos Federal, Distrito Federal, estados e municípios. O objetivo a que o pacto se propõe é considerado como um grande desafio, tendo em vista que as crianças que se encontram na base da pirâmide social, e que são em maior número, não encontram uma educação de qualidade para esse público historicamente excluído (CASTRO, 2010). Por outro lado, as crianças de grupos sociais mais abastados conseguem cumprir esse processo de alfabetização, na maioria das vezes, antes do prazo estabelecido. Por essa razão, a necessidade de terem uma alfabetização mais eficiente e promissora.

Buscando autores, em especial como Magda Sores (1997, 2006, 2017) e Kleiman (1999), entre outros, e dialogando com a análise dos cadernos do PNAIC destinados à

1

De acordo com o critério adotado pelo INEP, os alunos considerados com distorção idade-série são aqueles que apresentam atraso de dois anos ou mais em relação à série que cursam e a que deveriam cursar. Em 2012, os dados revelaram que no Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano), 17% dos alunos tinham distorção idade série. Já no Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano) 28% tinham atraso escolar e, no Ensino Médio, o número apresentava 31% de alunos defasados.

Educação Infantil é que buscaremos responder ao questionamento a que nos propomos, de identificar como as propostas pelo PNAIC podem ter contribuído para o letramento da criança na Educação Infantil, ou seja, crianças com idade até cinco anos, idade que é compreendida pela fase que antecede a alfabetização. Entendemos o letramento como uma condição que é essencial, não apenas para a permanência dos estudantes até o final da educação básica, mas também como possibilidade fundamental para sua inserção na sociedade.

A metodologia trilhada neste trabalho é o da pesquisa qualitativa, realizada por meio de revisão bibliográfica descritiva, analisando os nove volumes de cadernos do PNAIC para a educação infantil, buscando a compreensão de como esse material pode contribuir para a formação do pequeno leitor, uma vez que o foco do pacto, como discutiremos adiante, é o letramento.

Para a melhor compreensão do trabalho e para o entendimento do ponto inicial deste, assim dividimos nosso estudo: 1. Breve histórico do PNAIC, apresentando a criação do pacto, seus objetivos e o foco dado à formação dos professores; 2. O PNAIC e a Educação Infantil, momento em que apresentamos como está dividido o material destinado à educação infantil e qual é o objetivo de cada volume; 3. O PNAIC, o letramento e a Educação Infantil, momento em que definimos o que é letramento, apresentamos o letramento na perspectiva do PNAIC e trazemos para discussão os cadernos de formação do PNAIC, destinados à Educação Infantil, buscando compreender sua contribuição para a formação do pequeno leitor, dentro da proposta do letramento.

1. BREVE HISTÓRICO DO PNAIC

O PNAIC iniciou as suas atividades no ano de 2012, tendo em vista capacitar os professores alfabetizadores para trabalhar com as crianças que se encontravam no ciclo de alfabetização, 1º, 2º e 3º anos iniciais da educação fundamental e garantir que essas crianças fossem alfabetizadas até os oito anos de idade. Além disso, são metas do PNAIC reduzir a distorção idade-série da educação básica, uma vez que garante o desenvolvimento normal da alfabetização; melhorar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, IDEB, e ainda contribuir para o aperfeiçoamento do desempenho dos professores (BRASIL, 2017). Dessa forma, também procura garantir o cumprimento da meta 5 do Plano Nacional de Educação (PNE 2014 – 2024), que estabelece a seguinte

meta: “Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental”. Nesse sentido,

Para o alcance desse objetivo, as ações do Pacto compreenderam um conjunto integrado de programas, materiais e referenciais curriculares e pedagógicos, disponibilizado pelo Ministério da Educação tendo como eixo principal a formação contínua dos professores alfabetizadores (BRASIL, 2014, p.1).

Percebe-se então que, além de propor uma alfabetização adequada para crianças até os oito anos, o pacto prevê ainda a formação dos professores garantindo uma assistência teórica para que o professor possa assistir ao aluno de forma eficiente. Para tanto, a formação continuada dos alfabetizadores se pauta em diferentes princípios: a prática da reflexividade, pautada na ação prática-teoria-prática; a constituição da identidade profissional, que se efetiva em momentos de reflexão sobre as memórias do professor; a socialização, que se efetiva em momentos dos grupos de estudos; o engajamento, que privilegia o gosto por aprender sempre e a colaboração, que se realiza na formação de uma rede que visa ao aprendizado coletivo (BRASIL, 2017).

Em 2013, as ações do PNAIC tiveram início e no seu primeiro ano apenas o eixo linguagens foi contemplado. Todo o trabalho desse ano teve como foco, de acordo com o histórico do PNAIC, a “formação continuada dos professores alfabetizadores ampliando as discussões sobre alfabetização na perspectiva do letramento” (BRASIL, 2017, p.3). No ano seguinte, a ênfase, de acordo com os documentos disponíveis, foi dada à disciplina de matemática, reforçando o que foi trabalhado no ano anterior. Dois anos mais tarde, em 2015, o PNAIC foi desenvolvido por meio de ações que estimularam a ação reflexiva do professor sobre o tempo e o espaço escolares com foco no currículo inclusivo, que defende o direito de aprendizagem de todas as crianças (BRASIL, 2017, p. 4).

O currículo inclusivo dentro do PNAIC, de acordo com Neis *et all* (2017), nos remete ao compromisso de que todas as crianças, respeitadas as suas singularidades, sejam alfabetizadas até o final do terceiro ano do ensino fundamental, que o direito à alfabetização esteja garantido dentro do ciclo dos três primeiros anos do ensino fundamental. Segundo os autores,

A busca por um currículo inclusivo rompe com os valores relativos à competitividade, ao individualismo, à busca de vantagens individuais. Os princípios de um currículo inclusivo supõem a definição de alguns conhecimentos a serem apropriados por todos os estudantes, respeitando-se as singularidades, diferenças individuais e de grupos sociais (BRASIL, 2012 apud NEIS et all, 2017, p. 1).

O documento orientador desse mesmo ano, 2015, aponta que os coordenadores pedagógicos também foram incluídos no programa para melhor desenvolvimento das ações. Ao incluir os demais professores, que fazem parte do corpo pedagógico, o pacto propõe que todos os profissionais, ligados à aprendizagem do aluno, trabalhem em conjunto para garantir que o discente alcance, de maneira satisfatória, os objetivos propostos pelo programa.

Em 2016 foram incluídos na estrutura do pacto um representante da União Nacional dos Dirigentes Municipais em Educação, UNDIME, e um coordenador regional. De acordo com o histórico do PNAIC,

Todo processo de formação foi organizado para subsidiar o professor a desenvolver estratégias de trabalho que atendessem diretamente as necessidades de sua turma e apoiá-lo no alcance dos objetivos de aprendizagem do ciclo de alfabetização pelos seus alunos, tendo como princípio básico a reflexão sobre a própria prática docente (BRASIL, 2017, p. 4).

Para melhor entendimento e resumindo o funcionamento do PNAIC, segue quadro abaixo:

Quadro 1: Estrutura hierárquica do PNAIC



Fonte: XAVIER, Rosa; BERTHOLO, Tiago, 2019.

Em 2017, algumas modificações foram feitas e dentre as várias mudanças implementadas aconteceu a inclusão da Educação Infantil no Pacto. Isso significa a disponibilidade de materiais específicos de orientação para trabalhar a leitura e a escrita na Educação Infantil e garantir o contato com o mundo letrado, ainda antes do período da alfabetização. De acordo com a nova estrutura organizacional do PNAIC,

No ano de 2017, observando a educação brasileira como um todo encadeado e orgânico e reconhecendo que mesmo os estados com melhores indicadores ainda estão distantes do resultado desejado, o PNAIC passa a compor uma

política educacional sistêmica que parte de uma perspectiva ampliada de alfabetização, trabalhando a Alfabetização na Idade Certa, a melhoria da aprendizagem em Língua Portuguesa e Matemática no Ensino Fundamental, bem como a inclusão da Educação Infantil, garantindo as perspectivas e as especificidades do trabalho de leitura e escrita com as crianças (BRASIL, 2017, p.5).

Reforçando os princípios do Pacto e chamando à responsabilidade pelo processo de alfabetização local os entes federados, estados e municípios, foram criadas as funções de coordenador de pesquisa e do pesquisador que tinham como objetivos acompanhar e documentar aspectos referentes à implementação, gestão, controle e articulação do Pacto. Essa reformulação também se encontra no documento sobre o ano de 2017 com os seguintes dizeres:

A principal inovação no programa em 2017 refere-se a um direcionamento maior na intencionalidade pedagógica das formações e da atuação dos formadores a um modelo de fortalecimento da capacidade institucional local, reforçando a importância de ter na estrutura de formação e gestão atores locais altamente comprometidos com os processos formativos e de monitoramento, avaliação e intervenção pedagógica (BRASIL, 2017, p.1).

Ao incluir a Educação Infantil no Pacto, assim como acontecia no ensino fundamental, também foi produzido o material de apoio à formação docente, material esse denominado de Leitura e Escrita na Educação Infantil, que foi disponibilizado em formato digital, para a etapa da formação de 2017-2018.

Ao analisar os documentos referentes ao PNAIC, percebe-se que há uma preocupação com a alfabetização e com o aprendizado das crianças nos primeiros anos do ensino fundamental, mas há também o empenho em subsidiar o profissional que atua com essa criança, oferecendo uma formação mais adequada, com foco no processo de alfabetização e de letramento. Nesse sentido, o governo disponibilizou todo um aparato teórico com a organização de formações continuadas e materiais pedagógicos para auxiliar o professor alfabetizador no exercício da docência alfabetizadora.

2. O PNAIC E A EDUCAÇÃO INFANTIL

Como dito anteriormente, em 2017 a Educação Infantil passou a fazer parte do PNAIC. Para a inclusão dessa etapa do ensino, o governo disponibilizou um material pedagógico para auxiliar o professor no trabalho com a linguagem oral e a escrita, sendo esse material denominado “Leitura e Escrita na Educação Infantil”.

Ao se investigar informações sobre o que seria esse trabalho na educação infantil dentro do PNAIC e qual o seu objetivo, encontra-se no site da Secretaria de Educação do

Distrito Federal a informação de que o PNAIC seria uma “formação de professores e tutores da Educação Infantil para que possam desenvolver, com qualidade, o trabalho com linguagem oral e escrita, em creches e pré-escolas. ‘Não é antecipação da alfabetização’”².

O Pacto deixa bem claro que não se trata de alfabetizar a criança na Educação Infantil, mais sim, que o material destinado à leitura e à escrita nessa etapa da educação básica poderia servir de auxílio ao professor em relação ao seu trabalho cotidiano na preparação do aluno para a etapa da alfabetização que se avizinhava. Nesse contexto, é importante, e se faz necessário, conhecer o material que foi disponibilizado para a formação dos profissionais da Educação Infantil.

O material disponível para a construção pedagógica dessa etapa está dividido em nove cadernos e numerado a partir do número 0 (zero) até o número 8 (oito), contando ainda com um encarte. Esses cadernos estão assim divididos:

- Caderno 0 (zero) – *Leitura e Escrita na Educação Infantil: apresentação*. Esse caderno apresenta o Pacto aos professores e os convida a refletir sobre o processo e a importância da leitura e da escrita na fase inicial de aprendizagem da educação básica;
- Caderno 1 (um) – *Ser docente na Educação Infantil: entre o ensinar e o aprender*. Nesse volume apresenta-se a discussão sobre a formação cultural da criança, a docência na educação infantil e a importância do trabalho da professora com a leitura literária entre as crianças de 0 a 5 anos. Trata-se de uma chamada à reflexão do significado de ser professora nessa etapa fundamental da formação da criança e do seu papel no desafio de integrar o cuidar e o educar;
- Caderno 2 (dois) – *Ser criança na Educação Infantil: infância e linguagem*. Nesse material se discute “as concepções de infância, de linguagem e de cultura e suas repercussões na prática pedagógica” (BRASILc, 2016, p.9). Trata-se do estudo, da observação de construção

2 Esses dados podem ser encontrados no seguinte endereço: <http://www.se.df.gov.br/pnaic>. Acessado em 25 de maio de 2020.

da linguagem pela criança, processo de descoberta que se traduz nos gestos, no olhar, nos sons, na fala, nas variadas manifestações da criança;

- Caderno 3 (três) – *Linguagem oral e linguagem escrita na Educação Infantil: práticas e interações*. Esse volume tem como objetivo dar continuidade às discussões e traz alguns pressupostos “que dão sustentação ao trabalho com linguagens oral e escrita em creches e pré-escolas” (BRASILd, 2016, p.9). Neste caderno encontram-se pressupostos teóricos que dão sustentação ao trabalho pedagógico das professoras para que possam conhecer, refletir, escutar e se posicionar nos momentos de fazer escolhas.
- Caderno 4 (quatro) – *Bebês como leitores e autores*. Trata-se de um convite para pensar como se pode trabalhar a leitura com crianças do berçário e em idade de creche;
- Caderno 5 (cinco) – *Crianças como leitoras e autoras*. Nesse caderno é apresentado a importância de se ampliar as experiências da criança em todos os campos, ele apresenta “reflexões que levem [...] a compreender como práticas significativas e dialógicas em torno da cultura escrita, se relaciona às apropriações das crianças, como situações desafiadoras possibilitam análises e reflexões das crianças ampliando seus conhecimentos sobre linguagem e escrita” (BRASIL e, 2016, p.9);
- Caderno 6 (seis) – *Currículo e linguagem na Educação Infantil*. Esse volume tem como objetivo “mostrar como é possível desenvolver experiências curriculares de qualidade com o foco na ação das crianças, a partir das diferentes linguagens” (BRASILf, 2016, p.9). Trata-se de pensar o currículo como a identidade do trabalho a ser desenvolvido com as crianças nas instituições de Educação Infantil;
- Caderno 7 (sete) – *Livros infantis: acervos, espaços e mediações*. Nesse volume discute-se os programas do governo para incentivos à leitura, biblioteca na escola e distribuição do livro literário infantil, por meio do Programa Nacional de Biblioteca Escolar, PNBE. Com este caderno o PNAIC faz um convite aos professores alfabetizadores para que conheçam

o acervo da sua escola que é destinado à Educação Infantil e o utilize como um meio eficaz para a formação leitora da criança;

- Caderno 8 (oito) – *Diálogo com as famílias: a leitura dentro e fora da escola*. Nesse caderno se discute, de forma evidente, o papel da família no alcance dos objetivos da Educação Infantil. No caso do PNAIC isso “significa compreender como a leitura e a escrita estão inseridos nos cotidianos dessas famílias e o que elas esperam que suas crianças aprendam na Educação Infantil” (BRASILh, 2016, p.9);
- *Encarte* – O encarte faz parte da unidade 8 (oito) e tem como objetivo incentivar as famílias a lerem com seus pequenos e a discutir a importância da leitura desde os primeiros meses. Segundo as normativas da Educação Infantil, essa é a única etapa da Educação Básica que prevê a complementação da ação e da comunidade no alcance de atingir o desenvolvimento integral da criança de até cinco anos e, nesse aspecto, a literatura infantil se mostra como um poderoso caminho.

Esses cadernos possibilitam a discussão sobre a formação integral da criança, nas suas mais simples e complexas necessidades cognitivas. De acordo com Ana Luiza Bustamante Smolka (2002, p.79), quando dizemos que as crianças “adquirem, absorvem, assimilam o conhecimento, que elas aprendem, constroem, apropriam-se do conhecimento, [...] cada um desses termos indica nuances conceituais importantes em diferentes perspectivas teóricas”. Assim, essa bibliografia construída pelo PNAIC possibilita o conhecimento teórico de cada uma dessas nuances conceituais.

Apresentados os cadernos do PNAIC com a proposta para a educação infantil, no próximo item se discutirá os conteúdos propostos dos cadernos e suas contribuições para a formação do pequeno leitor e sua inserção no mundo letrado, no mundo do letramento.

3. O PNAIC, O LETRAMENTO E A EDUCAÇÃO INFANTIL

O termo letramento surgiu para suprir uma lacuna que se observou, a partir do momento em que as palavras alfabetização e alfabetizado não conseguiram mais dar conta das necessidades de leitura exigidas nos tempos atuais. Conforme Soares (2017), o termo letramento surgiu no Brasil em 1986 no livro de Mary Kato, *No mundo da escrita: uma*

perspectiva psicolinguística, da Editora Ática. Desde então, o termo letramento, que foi traduzido da palavra inglesa *literacy*, passou a significar “o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever: o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita” (SOARES, 2017, p.18). Desse modo, o ensino da leitura e da produção textual na educação básica se tornou condição *sine qua non* para o letramento.

Mais recentemente, o componente Língua Portuguesa da Base Nacional Comum Curricular, BNCC, que dialoga com vários documentos e orientações curriculares produzidas no ensino brasileiro das últimas décadas, procura atualizar as transformações das práticas de linguagem ocorridas já neste século. As Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) assumem uma nova perspectiva enunciativo-discursiva de linguagem, já assumida em outros documentos, como os PCNs, por exemplo, reiterando a centralidade do texto como unidade de trabalho, e as perspectivas enunciativo-discursivas na abordagem, relacionando o desenvolvimento de habilidades ao uso significativo da linguagem em atividades de leitura, escuta e produção de textos em várias mídias e semioses.

Atualmente, ao pesquisarmos o verbete letramento, encontramos no Dicionário Online de Português a definição de que trata-se do processo pedagógico de aquisição e domínio da capacidade de ler, escrever e interpretar textos. Em relação ao termo “alfabetização”, o mesmo dicionário define que se trata do nível de letramento dos alunos.

Kleiman (1999, p.12) defende a ideia de que o letramento está relacionado ao desenvolvimento “de novas e eficientes estratégias que permitam ao aprendiz a compreensão da palavra escrita, a fim de funcionar plenamente na sociedade que impõe a cada dia mais exigências de letramento, isto é, de contato e familiaridade com a escrita para a sobrevivência”. Nesse sentido, as palavras de Kleiman nos levam a questionar o quanto as práticas de leitura e escrita contribuem para diminuir as desigualdades sociais e culturais.

Para Kleiman (2008) os Estudos do Letramento – o estudo das práticas relacionadas com a escrita em toda atividade da vida social – defendem uma concepção pluralista e multicultural das práticas de uso da língua escrita. Nesse sentido, a leitura efetiva dos vários gêneros em sala de aula pode levar o aluno ao contato com uma diversidade de situações comunicativas, oferecendo-lhe embasamento para vivenciar experiências narrativas que, na prática, não se viveu ainda. Isso contribui para responder

às adversidades da vida, permitindo-lhe uma compreensão crítica da vida e das estruturas sociais vigentes. Por isso a importância de se oferecer à criança a diversidade de gêneros textuais e a possibilidade de desenvolvimento da cultura letrada.

É nesse contexto de letramento que surge o PNAIC, em 2012. De acordo com o Pacto:

Adota-se a abordagem da alfabetização na perspectiva do letramento, na qual se busca favorecer situações propícias de aprendizagem do funcionamento do sistema de escrita alfabética de modo articulado e simultâneo às aprendizagens relativas aos usos sociais da escrita e da oralidade. (BRASIL, 2015 p. 7)

Percebe-se assim que o PNAIC adota a importância da alfabetização dentro da perspectiva do letramento, ou seja, dentro do uso social da competência de saber ler e escrever. Mais adiante, o material de apoio ao professor se refere ao letramento da seguinte forma:

A princípio, poderíamos pensar que o letramento diz respeito às práticas de escrita e em nada teria relação com a oralidade, que é uso da língua no plano da fala. Entretanto, a questão não se apresenta assim de modo tão simples e polarizado. Ademais, em culturas letradas, a oralidade se apresenta também como prática discursiva atravessada de algum modo pela escrita... Assim como há influências da fala na escrita, especialmente no início da escolarização, há a presença de características discursivas da escrita na linguagem oral de indivíduos inseridos em contextos letrados. (BRASIL 2015, p. 10)

O Pacto prevê que toda criança seja alfabetizada até o final do ciclo de alfabetização, ou seja, até o final da terceira série do Ensino Fundamental, e aponta uma perspectiva, a do letramento. Segundo Soares (2004, p.97):

Por um lado, é necessário reconhecer que alfabetização – entendida como a aquisição do sistema convencional de escrita – distingue-se de letramento – entendido como o desenvolvimento de comportamentos e habilidades de uso competente da leitura e da escrita em práticas sociais: distinguem-se tanto em relação aos objetos de conhecimento quanto em relação aos processos cognitivos e linguísticos de aprendizagem e, portanto, também de ensino desses diferentes objetos. Tal fato explica por que é conveniente a distinção entre os dois processos. Por outro lado, também é necessário reconhecer que, embora distintos, alfabetização e letramento são interdependentes e indissociáveis: a alfabetização só tem sentido quando desenvolvida no contexto de práticas sociais de leitura e de escrita e por meio dessas práticas, ou seja, em um contexto de letramento e por meio de atividades de letramento; este, por sua vez, só pode desenvolver-se na dependência da e por meio da aprendizagem do sistema de escrita (SOARES, 2004, p.97).

Diante de tais concepções, de alfabetização e de letramento, torna-se imprescindível verificar o quanto a escola é decisiva na promoção de ambos os processos que, embora se diferenciem no percurso, somam-se no objetivo final de conceber a prática efetiva da cidadania. O mergulho no mundo alfabetizado e letrado passa, obrigatoriamente pela escolarização legítima e empírica da criança. Aquelas que contam

com o privilégio do acesso a livros, revistas, jornas e bibliotecas domésticas estão mais aptas a serem letradas em um espaço mais curto de tempo. Por outro lado, aquelas que têm na escola o único caminho de acesso ao sistema linguístico, essas experimentam o distanciamento dos métodos de ensino que acontecem dentro e fora das escolas. Por essa razão, a escola deve oferecer condições para que o pequeno aprendiz possa desenvolver práticas de letramento com vistas a fazer uso com propriedade da leitura e da escrita em situações de interação comunicativa e em concordância com as necessidades que lhes são exigidas cotidianamente.

Ao pensarmos em um material que forneça uma formação a professores de Educação Infantil com foco no letramento, como a própria descrição do Pacto prevê, talvez nos remetêssemos ao fato de que essas crianças fossem alfabetizadas ainda na educação infantil. Entretanto, ao analisarmos o material de formação do PNAIC para a Educação Infantil, percebemos que o material caminha para que a criança, desde a idade do berçário, tenha contato com o mundo da leitura e da escrita, sem, contudo, avançar no tempo da criança ou forçar a sua maturidade cognitiva. Trata-se, antes, de preparar um terreno fértil, firme e adubado para ali plantar a sua árvore do conhecimento, sobretudo no que se refere ao contato com a literatura infantil, ferramenta essencial no percurso para o letramento.

Essa prerrogativa de que a criança tenha contato com o mundo da leitura e da escrita, a partir do momento em que ela começa sua vida escolar, é prevista nos documentos que norteiam a Educação Infantil, como forma de garantir a formação global da criança, para que esta seja socialmente atuante, criativa, crítica e participativa. Sobre isso o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, RCNEI, nos apresenta a seguinte proposta:

Saber o que é estável e o que é circunstancial em sua pessoa, conhecer suas características e potencialidades e reconhecer seus limites é central para o desenvolvimento da identidade e para a conquista da autonomia. A capacidade das crianças de terem confiança em si próprias e o fato de sentirem-se aceitas, ouvidas, cuidadas e amadas oferecem segurança para a formação pessoal e social. A possibilidade de desde muito cedo efetuarem escolhas e assumirem pequenas responsabilidades favorece o desenvolvimento da autoestima, essencial para que as crianças se sintam confiantes e felizes (BRASIL, 1998, p.11).

Nesse sentido acrescentamos também que a Educação Infantil deve contribuir para que a criança tenha o direito e se sinta livre para buscar a sua autonomia.

A autonomia, definida como a capacidade de se conduzir e tomar decisões por si próprio, levando em conta regras, valores, sua perspectiva pessoal, bem como a perspectiva do outro, é, nessa faixa etária, mais do que um objetivo a

ser alcançado com as crianças, um princípio das ações educativas. Conceber uma educação em direção à autonomia significa considerar as crianças como seres com vontade própria, capazes e competentes para construir conhecimentos, e, dentro de suas possibilidades, interferir no meio em que vivem. Exercitando o autogoverno em questões situadas no plano das ações concretas, poderão gradualmente fazê-lo no plano das ideias e dos valores (BRASIL, 1998, p.13).

Sendo assim, a leitura e a escrita, possuem um papel importante na formação da criança. Segundo Vygostsky *apud* Brandão e Rosa (2011, p. 15) “a escrita precisaria ser ensinada como algo relevante para a vida, pois somente dessa forma ela se desenvolveria não como ‘hábito de mãos e dedos, mas como uma forma nova e complexa de linguagem”.

Ao analisarmos os objetivos das Diretrizes Curriculares Nacionais, esse documento nos orienta para as práticas pedagógicas em relação à linguagem, seja ela oral ou escrita, práticas que devem garantir que as ações do professor “possibilitem às crianças experiências de narrativas, de apreciação e interação com a linguagem oral e escrita, e convívio com diferentes suportes e gêneros textuais orais e escritos” (BRASIL, 2010, p. 25). Os princípios levantados por Bakhtin (1979), de que o texto é uma unidade básica de interação e que os gêneros textuais são como formas estáveis de enunciados que se definem por aspectos relacionados ao conteúdo, à composição estrutural e aos traços característicos de cada um deles, permitiram ao filósofo da linguagem definir a língua como uma imensa variedade de gêneros textuais. Nessa perspectiva, o trabalho do professor em sala de aula, seja em que nível for, deve privilegiar o texto como instrumento cotidiano do ensino da língua materna.

Nesse sentido a criança que não é colocada em contato com diferentes códigos escritos [textos] e tão pouco utiliza esses símbolos para registrar seu pensamento, ela dificilmente participará do mundo das letras e, em consequência, não estará inserida em um mundo no qual a escrita e a leitura se fazem presentes.

Britto (2005, p. 18), nos mostra que

Na primeira infância, ler com os ouvidos é mais fundamental que ler com os olhos. Ao ler com os ouvidos a criança não apenas se insere na interlocução com o discurso escrito organizado numa sintaxe, num léxico e numa prosódia diferentes, como passa a compreender as modulações de vida que se enunciam num texto escrito. Ela experimenta a voz escrita.

A criança que chega à Educação Infantil convive com o mundo das letras constantemente, seja nas embalagens de produtos alimentícios, nos doces que consome, nos produtos de limpeza que estão em sua casa, nos anúncios nas ruas e nos panfletos. Enfim, o cotidiano dessa criança está cheio de signos que compõem a linguagem escrita

e essa se encontra mergulhada no que chamamos de cultura escrita. Senso assim, o PNAIC – Educação Infantil, define “cultura escrita como o lugar – simbólico e material – que o escrito ocupa em/para determinado grupo social, comunidade ou sociedade” (BRASIL, 2016, p.17).

Ao adentrar na Educação Infantil o contato com o mundo das letras é compartilhado, em sua maior parte, pela ação do professor. A intervenção desse profissional possibilitará a formação do pequeno leitor. O PNAIC, enquanto curso de formação para professores de Educação Infantil, aponta também que o contato com a literatura é mais significativo a partir do momento em que o professor também é um leitor de literatura. “O pressuposto é de que aquilo que se vive como indivíduo, [...] pode produzir efeitos em outros sujeitos com quem se estabelecem relações de conhecimento e de troca, inclusive com as crianças” (BRASIL, 2016, P.95).

No entanto, o contato com o uso da linguagem se dá desde que a criança encontra-se dentro do ventre materno, pois a partir de então ela se encontra inserida no mundo da linguagem, ao escutar a voz da mãe e ao ser capaz de apreciar diferentes sensações. Esse bebê é capaz de ler, pois a “leitura é uma atividade muito mais ampla que ler livros: é se sentir desconcertado diante do mundo, procurar signos e construir sentidos” (BRASIL e, 2016, P.21).

Nesse sentido, a criança tem a capacidade de “ler” muito antes de dominar a escrita e com capacidade de letrar-se, ainda antes de ser alfabetizada. Sobre essa capacidade SOARES (2006, p. 4) afirma:

Pode-se dizer que o processo começa bem antes de seu processo de alfabetização: a criança começa a "letrar-se" a partir do momento em que nasce numa sociedade letrada. Rodeada de material escrito e de pessoas que usam a leitura e a escrita - e isto tanto vale para a criança das camadas favorecidas como para a das camadas populares, pois a escrita está presente no contexto de ambas -, as crianças, desde cedo, vão conhecendo e reconhecendo práticas de leitura e de escrita. Nesse processo, vão também conhecendo e reconhecendo o sistema de escrita, diferenciando-o de outros sistemas gráficos (de sistemas icônicos, por exemplo), descobrindo o sistema alfabético, o sistema ortográfico. Quando chega à escola, cabe à educação formal orientar metodicamente esses processos, e, nesse sentido, a Educação Infantil é apenas o momento inicial dessa orientação.

Dessa forma, na perspectiva do letramento, para que o professor alfabetizador cumpra com o seu real objetivo de inserir a criança no mundo das letras, seu papel “não é somente ensinar a ler e escrever, mas o de formar leitores críticos, capazes de se relacionar adequadamente com o seu mundo pessoal, social e global” (BRETAS, 2014, p.15). Para tanto, é preciso que o professor seja antes de tudo um leitor, que conheça

diferentes textos literários e que se empolgue e entusiasme as crianças para ouvir novas histórias. Faz-se necessário também investimento na formação docente e na elaboração de políticas públicas que valorizem o trabalho com a leitura. Além do mais, sozinha a escola e o professor dificilmente conseguem obter sucesso, para isso os pilares: governo, escola e família precisam estar unidos em prol da formação de indivíduos leitores críticos e proficientes, princípios esses defendidos e pactuados pelo PNAIC.

De acordo com os cadernos do PNAIC, as crianças aprendem lendo o mundo, elas dão significados àquilo que observam segundo suas experiências e vivências no meio social em que estão inseridas, “Nas experiências e trocas socioculturais, o mundo se revela, amplia-se e se enche de sentidos” (BRASILd, 2016, P.21). Basta percebermos o conhecimento de mundo e de linguagem que as crianças já apresentam aos dois anos de idade. O aprendizado da fala “não é algo simples, ao contrário, é aprender a organizar e relacionar sistemas, sentidos e valores complexamente” (BRASIL 3, 2016, p.46). Teixeira reitera (2016) que a inserção dos diversos gêneros textuais na aprendizagem da criança tornam o processo da leitura e da escrita mais eficazes.

Assim, o PNAIC, para incentivar que as crianças se tornem leitoras e autoras procede à escolha dos livros literários de maneira a influenciar no modo como a leitura de mundo chegará até esses pequenos aprendizes e, conseqüentemente, como permitirá sua entrada no mundo das letras escritas. Defende ainda que as práticas de leitura “podem promover o desenvolvimento da linguagem e permitir que as crianças se apropriem de formas cada vez mais elaboradas de conhecimento” (BRASILE, 2016, p. 62).

Portanto, a formação proporcionada pelo PNAIC orienta o docente da Educação Infantil para que ele seja um facilitador de práticas inovadoras de leitura e de escrita em sala de aula, proporcionando à criança um ambiente favorável de aprendizagem e de crescimento cultural. A mídia e as novas tecnologias da informação e da comunicação invadem e impactam a vida cotidiana dessas crianças, os lares, as ruas, os demais ambientes as impregnam de informações, mas é no aconchego e na afetividade de uma sala de aula, é na ação segura da sua professora, *locus* privilegiados das práticas de linguagem, que elas se fazem produto e produzem linguagem, nos momentos de interação e de crescimento mútuo, dos quais participam intensamente.

Considerações finais

A alfabetização tem se deparado com uma questão crucial nesses últimos tempos: Como ensinar a criança a ler e a escrever em um mundo que está em permanente condição de mudanças? Como inseri-la nas práticas do letramento numa sociedade transbordante de conhecimentos e ferramentas semióticas produzidas pelo homem, atualmente? Somam-se a essas questões uma outra de caráter profundamente social: Como alfabetizar as crianças na idade certa para que possam seguir com tranquilidade seu percurso na educação formal? Esses são desafios que vem se tornando um fantasma no contexto da educação brasileira.

O Pacto Nacional pela Educação na Idade Certa, PNAIC, é considerado hoje como o maior programa de formação de professores já realizado pelo MEC. Com um volume considerável de bolsas distribuídas, 90% delas da ação orçamentária do Governo Federal, esse programa beneficiou cerca de 8 milhões de crianças matriculadas nos três primeiros anos do Ensino Fundamental da rede pública, entre os anos de 2013 a 2018. De acordo com o site do INEP, realizador do programa, esses números significaram 400 mil turmas, de 108 mil escolas de todo o Brasil e um investimento inicial de R\$ 2,7 bilhões. Sendo assim, este estudo se propôs a estudar as possíveis contribuições para a promoção, por meio das práticas da leitura e da escrita, do letramento da criança no ciclo da Educação Infantil.

O objetivo principal do pacto está ancorado na oferta de cursos de formação continuada para professores alfabetizadores, o que se concretizou, ao longo da existência do pacto, para 360 mil docentes, que tiveram a tutoria de 18 mil orientadores de estudo capacitados por universidades públicas. Somam-se a esses números gigantescos, a distribuição pelo MEC de mais de 60 milhões de livros didáticos, além de jogos pedagógicos e dos livros literários que fazem parte dos acervos do PNBE.

Com o acréscimo da Educação Infantil em 2017, sob o título *Leitura e Escrita Na Educação Infantil*, o PNAIC encaminhou aos professores regentes dessa etapa da educação básica uma gama de material didático-pedagógico, direcionado exclusivamente a esses docentes, como especificado anteriormente, com o intuito de promover práticas inovadoras de letramento na sala de aula. Para D'Espinola (2009, p. 2), letrar é mais que alfabetizar, é ensinar a ler e a escrever dentro de um contexto em que a escrita e a leitura tenham sentido e façam parte da vida do aluno.

Verificar, com dados, os níveis de letramento das crianças beneficiadas pelo PNAIC exigiria uma pesquisa de maior fôlego e extensão, o que não é o caso deste estudo.

No entanto, as bases teóricas em que foram alicerçados o material do PNAIC, somadas ao movimento de formação dos professores alfabetizadores que, estando de acordo com os demais documentos que norteiam a Educação Infantil, confirmam que o pacto pode contribuir, de forma significativa, para que as práticas de leitura e de escrita se efetivadas dentro da sala de aula, podem ter promovido o letramento das crianças que se encontravam na Educação Infantil durante a realização do pacto.

Referências

BAKHTIN, Mikail; VOLOSHINOV, V. N. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1979.

BRASIL. *Censo Demográfico 2010*. Resultados gerais da amostra. Rio de Janeiro. 2012. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000008473104122012315727483985.pdf>>. Acesso em 25 maio 2020.

_____, *Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa*: Documento orientador 2017. Disponível em: http://pacto.mec.gov.br/images/pdf/doc_orientador/doc_orientador_versao_final.pdf. Acesso em 20/05/2020.

_____, a, *Caderno de Apresentação/Ministério da Educação, Secretaria de Educação o Básica*. – 1ed. Brasília: MEC/SEB, 2016

_____, b, *Ser criança na Educação Infantil: Infância e linguagem/Ministério da Educação, Secretaria de Educação o Básica*. – 1ed. Brasília: MEC/SEB, 2016

_____, c, *Linguagem oral e linguagem escrita na educação Infantil: práticas e interações /Ministério da Educação, Secretaria de Educação o Básica*. – 1ed. Brasília: MEC/SEB, 2016

_____, d, *Bebês como Leitores e autores/Ministério da Educação, Secretaria de Educação o Básica*. – 1ed. Brasília: MEC/SEB, 2016.

_____, e, *Crianças como leitoras e autoras /Ministério da Educação, Secretaria de Educação o Básica*. – 1ed. Brasília: MEC/SEB, 2016.

_____, f, *Currículo e linguagem na Educação Infantil /Ministério da Educação, Secretaria de Educação o Básica*. – 1ed. Brasília: MEC/SEB, 2016.

_____, e, *Dialogo com as famílias: leitura dentro e fora da escola /Ministério da Educação, Secretaria de Educação o Básica*. – 1ed. Brasília: MEC/SEB, 2016.

_____, *Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa*. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.

_____, *Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa*: Documento orientador das ações de formação em 2014. Disponível em: <https://www.pnaic.fe.unicamp.br/sites/www.pnaic.fe.unicamp.br/files/pub/cm-compartilhados/documentos/documento-orientador-n1-pnaic-2014.pdf>, acesso em: 20/11/2017.

_____. *Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil / Secretaria de Educação Básica*. – Brasília : MEC, SEB, 2010.

_____. *Referencial curricular nacional para a educação infantil* / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998

BRANDÃO, Ana Carolina Perrusi. e ROSA, Ester Calland de Sousa (orgs). *Ler e escrever na Educação Infantil: discutindo práticas pedagógicas*. 2 ed. — Belo Horizonte: Autentica Editora, 2011.

BRETAS, Maria Luiza Batista. *Ler é preciso: políticas de fomento à leitura, perspectivas e desafios*. Goiânia: Cãnone Editorial, 2014.

BRITTO, L. P. L. Letramento e Alfabetização: Implicações Para a Educação Infantil. In: FARIA, A. L. G. MELLO, S. A. *O mundo da escrita no universo da pequena infância*. Campinas: Autores Associados, 2005.

CASTRO, Jane Margareth de. *Educação e pobreza: provocações ao debate*. In: Vulnerabilidade Social e Educação. Salto para o futuro. Ano XX. Boletim 19- novembro de 2010.

COSTA, Milene Belegante. *Jornal: uma possibilidade de letramento na Educação Infantil*. 200?. Disponível em: http://alb.org.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais17/txtcompletos/sem13/COLE_2204.pdf, acesso em 30/05/2020

DICIO, *Dicionário online de português*. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/letramento/>, acesso em 20/03/2020

D'ESPINOLA, Vamilson Souza. *Letramento, leitura e escrita*. 2009, Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/letramento-leitura-e-escrita/18622/>. Acesso em: 15/02/2020

KLEIMAN, Ângela. Os estudos de letramento e a formação do professor de língua materna. In: *Ling. (dis)curso*. Vol.8, no.3. Tubarão. Sept./Dec., 2008.

KLEIMAN, Angela B. *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1995. Coleção Letramento, Educação e Sociedade.

NEIS, Eliziane Noeli Soares, *O currículo inclusivo nos anos iniciais do Ensino Fundamental na perspectiva do Pacto Nacional da Alfabetização na Idade Certa – PNAIC*. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/26062_13360.pdf

SMOLKA, Ana Luiza Bustamante; NOGUEIRA, Ana Lúcia Horta. O desenvolvimento cultural da criança: mediação, dialogia e (inter)regulação. In: OLIVEIRA, Marta Kohl de; REGO, Teresa Cristina; Souza, Denise Trento R. (Org.). *Psicologia, educação e as temáticas da vida contemporânea*. São Paulo: Moderna, 2002. p. 77-94.

SOARES, Magda. *Letramento: um tema em três gêneros – 3 ed*. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2017.

SOARES, Magda. *Letrar é mais que Alfabetizar*. Entrevista. Disponível em: <https://docplayer.com.br/20676137-letrar-e-mais-que-alfabetizar.html>. Acesso em 20/10/2019.

SOARES, Magda. *Alfabetização e Letramento*. São Paulo: Contexto, 2006.

SOARES, Magda. *Alfabetização e Letramento: caminhos e descaminhos*, Revista Pátio, 2004. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/40142/1/01d16t07.pdf>.

SOARES, M. B. Sobre os PCN de Língua Portuguesa: algumas anotações. In: MARCUSCHI, E.; SOARES, E. A. L. (Orgs.). *Avaliação educacional e currículo: inclusão e pluralidade*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1997.

TEIXEIRA, Andreia Rosetti Chisté. *Leitura e Escrita na Educação Infantil e seus desdobramentos: o mundo da linguagem oral e escrita*. Disponível em: <https://psicologado.com.br/atuacao/psicologia-escolar/leitura-e-escrita-na-educacao-infantil-e-seus-desdobramentos-o-mundo-da-linguagem-oral-e-escrita>. Acesso em: 03/05/2020

XAVIER, Rosa Seleta de Souza Oliveira; BERTHOLO, Tiago Lisboa. Os impactos do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: uma revisão sistemática. In: *Educação em revista*. Educ. rev.vol.35. Belo Horizonte, 2019 Epub Aug 01, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982019000100421#t1. Acessado em 26/05/20.